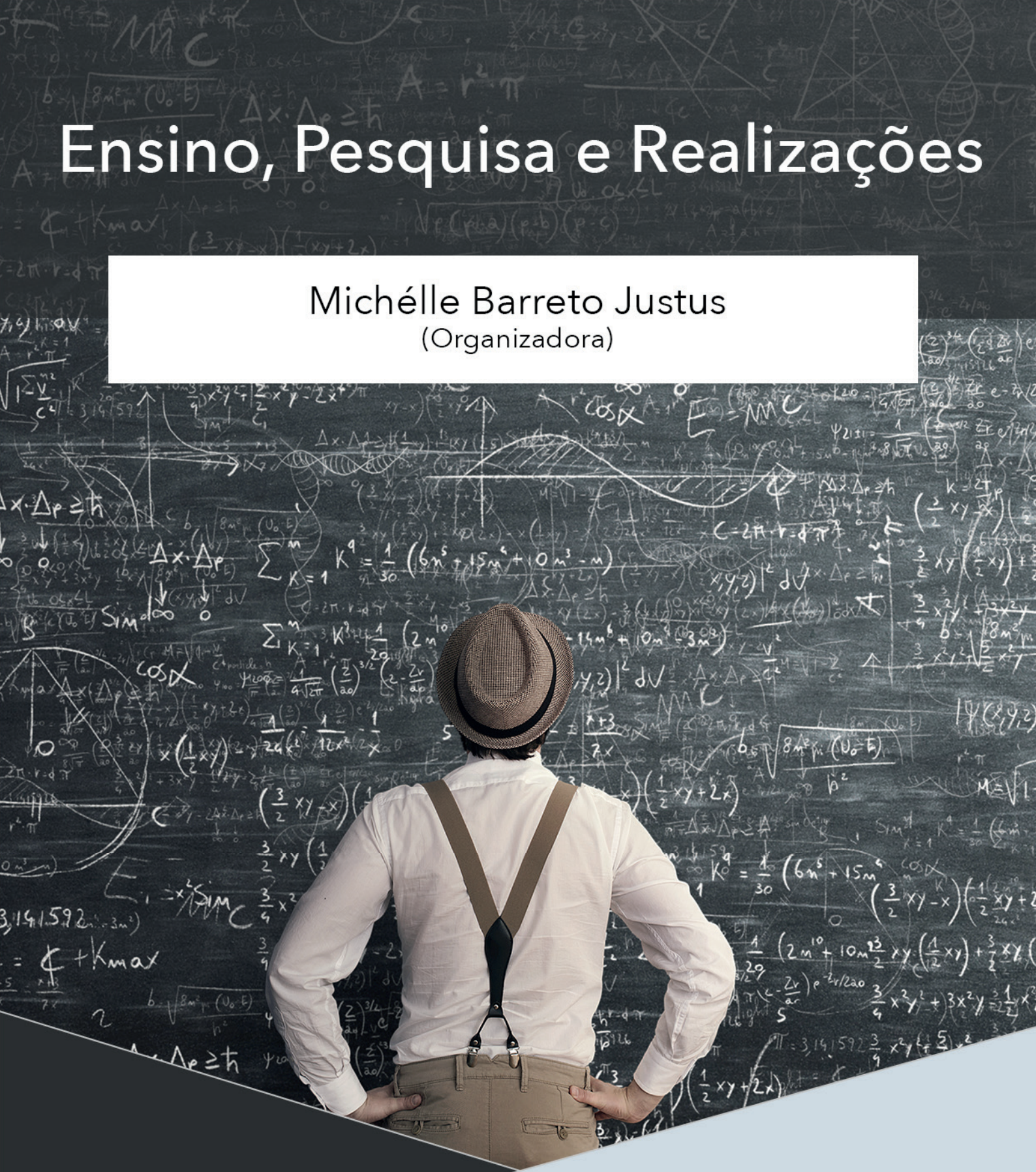


Ensino, Pesquisa e Realizações

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Ensino, Pesquisa e Realizações

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E	Ensino, pesquisa e realizações [recurso eletrônico] / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-006-3 DOI 10.22533/at.ed.063181212 1. Ciência – Brasil. 2. Pesquisa – Metodologia. I. Justus, Michéle Barreto. CDD 001.42
---	---

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os estudos e pesquisas advindas do Ensino Superior podem contribuir sobremaneira para a melhoria das condições de vida da sociedade em geral, reafirmando o papel fundamental do conhecimento científico como ferramenta para a superação de vários problemas sociais vivenciados em nosso país.

Nesse sentido, o material intitulado “Ensino, pesquisa e realizações” ganha importância por constituir-se numa coletânea de estudos, experimentos e vivências de seus autores, tendo por objetivo reunir e socializar os estudos desenvolvidos em grandes universidades brasileiras.

A obra está organizada em 2 eixos: estudos teórico-metodológicos acerca de temas pedagógicos e pesquisas sobre processos biológicos e tecnológicos, reunidos em 27 artigos científicos.

Os artigos apresentam pesquisas direcionadas ao ambiente educacional, às práticas e metodologias de ensino, ao estudo da história e às possibilidades de soluções práticas de questões cotidianas nas áreas de enfermagem e das ciências exatas e tecnológicas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico, pois proporcionam ao leitor uma gama de leituras que permitem análises e discussões sobre assuntos pertinentes à pedagogia, à biologia e à tecnologia numa perspectiva científica, através de linguagem clara e concisa, que propicia ao leitor a aproximação e o entendimento sobre alguns temas abordados nessas áreas do conhecimento.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

ÁREA TEMÁTICA PEDAGOGIA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO

CAPÍTULO 1 1

ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: SUBSÍDIOS PARA UM DEBATE

[Renan Lucas Vieira dos Santos](#)

[Tatiana Costa Coelho](#)

DOI 10.22533/at.ed.0631812121

CAPÍTULO 2 8

A FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA FRENTE AOS DESAFIOS

[Andreia Nunes de Castro](#)

[Rosângela de Fátima Cavalcante França](#)

[Sergio Paulo Mesquita Junior](#)

DOI 10.22533/at.ed.0631812122

CAPÍTULO 3 18

AS CONTRIBUIÇÕES DE PRÁTICAS LUDICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTANCIA DO PAPEL DO PEDAGOGO.

[Magnólia Maria Oliveira Costa](#)

DOI 10.22533/at.ed.0631812123

CAPÍTULO 4 30

O TRABALHO PEDAGÓGICO REALIZADO COM BEBÊS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO-PR

[Roseli de Cássia Afonso](#)

DOI 10.22533/at.ed.0631812124

CAPÍTULO 5 41

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA REGULAR: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE

[Ivone Miranda dos Santos Menezes](#)

DOI 10.22533/at.ed.0631812125

CAPÍTULO 6 55

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O ENSINO E APRENDIZADO DA DANÇA NO CONTEXTO ESCOLAR

[Kathya Maria Ayres de Godoy](#)

[Ivo Ribeiro de Sá](#)

DOI 10.22533/at.ed.0631812126

CAPÍTULO 7 68

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA, PROJETO ENVELHE SER E VIDA EM MOVIMENTO

[Mírian Pereira Gautério Bizzotto](#)

Olívio José da Silva Filho

DOI 10.22533/at.ed.0631812127

CAPÍTULO 8 80

VIVÊNCIAS JUVENIS INSCRITAS EM UM PROJETO EXTENSIONISTA DE INCLUSÃO DIGITAL

Rosane Maria Castilho

Flávia Valéria Cassimiro Braga

DOI 10.22533/at.ed.0631812128

CAPÍTULO 9 96

EFEITO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA NO RENDIMENTO DE MESTRANDOS NA DISCIPLINA DE FISILOGIA DA PRODUÇÃO VEGETAL NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UEG

Camila Lariane Amaro

Diego Braga de Oliveira

Patrícia Souza da Silveira

Fábio Santos Matos

DOI 10.22533/at.ed.0631812129

CAPÍTULO 10 102

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA SENAC RN

Maria Augusta da Cunha Pimentel

DOI 10.22533/at.ed.06318121210

CAPÍTULO 11 117

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Victor Fabiam Gomes Xavier

Clecia Simone G. R. Pacheco

DOI 10.22533/at.ed.06318121211

CAPÍTULO 12 129

INTEGRANDO AS PARTES AO TODO: BEM-VINDOS AO SENAC SÃO CARLOS

Márcia Cristina Fragelli

DOI 10.22533/at.ed.06318121212

CAPÍTULO 13 133

MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA INVESTIGAÇÃO INICIAL EM PRODUÇÕES ACADÊMICAS RECENTES

Lucas Rinaldini

Jéssica Priscila Simões

Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho

DOI 10.22533/at.ed.06318121213

ÁREA TEMÁTICA METODOLOGIAS DE ENSINO

CAPÍTULO 14 140

A UTILIZAÇÃO DAS “TIRAS HUMORÍSTICAS” COMO RECURSO MOTIVADOR PARA O ENSINO DE

CAPÍTULO 15 151

CONTRIBUIÇÕES PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE QUÍMICA

Jhenyfer Caroliny Almeida
Luciana Aparecida Siqueira Silva
Christina Vargas Miranda e Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.06318121215

CAPÍTULO 16 159

CADEIAS DE MARKOV: UMA APLICAÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO

Diogo Meurer de Souza Castro

DOI 10.22533/at.ed.06318121216

CAPÍTULO 17 171

O PEQUENO CIENTISTA E A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA SOBRE OS MICROORGANISMOS (BACTÉRIAS, FUNGOS E PROTOZOÁRIOS)

Marcelo Duarte Porto
Everson Inácio de Melo
Nayara Martins de Mattos
Mariana de Moraes Germano
Paloma Oliveira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.06318121217

CAPÍTULO 18 178

METODOLOGIAS ATIVAS PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM COMPARATIVO DAS METODOLOGIAS FUNDAMENTADAS NA PROBLEMATIZAÇÃO

Ana Carolina de Moraes
Marta Jussara Cremer

DOI 10.22533/at.ed.06318121218

CAPÍTULO 19 194

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DIGITAIS PARA PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR

Edilmar Marcelino
Ana Beatriz Buoso Marcelino

DOI 10.22533/at.ed.06318121219

CAPÍTULO 20 204

PEDAGOGIA ATIVA: CONSTRUINDO SABERES NO ENSINO SUPERIOR

Alexandre Russo
Fabiana Meireles de Oliveira
Fatima Ramalho Lefone
Marcos Correa

Mirian Nere

DOI 10.22533/at.ed.06318121220

CAPÍTULO 21 209

O USO DO WHATSAPP NO ENSINO

Ernane Rosa Martins

Luís Manuel Borges Gouveia

DOI 10.22533/at.ed.06318121221

CAPÍTULO 22 217

TRILHA URBANA E ANÁLISE DO ESPAÇO- TEMPO NO CENTRO HISTÓRICO DO RIO DE JANEIRO COM USO DO GEOPROCESSAMENTO

Paulo Elísio Marinho Abrantes

Gleide Alencar Do Nascimento

João Carlos Nara Junior

Reinaldo Bernardes Tavares

DOI 10.22533/at.ed.06318121222

ÁREA TEMÁTICA PESQUISA HISTÓRICA

CAPÍTULO 23 237

HISTÓRIA E IMAGINÁRIO SOCIAL DAS PROFESSORAS NO PROCESSO EDUCACIONAL NO BRASIL

Gláucia da Rosa do Amaral Alves

Elsbeth Léia Spode Becker

DOI 10.22533/at.ed.06318121223

CAPÍTULO 24 253

CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E CULTURA AFRODESCENDENTE:

A ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA ANA LAURA (PIRACANJUBA/GO)

Iván Mauricio Perdomo Villamil

Flávio Reis dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.06318121224

CAPÍTULO 25 268

A INDUMENTÁRIA FEMININA EM ANÁPOLIS ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 E 1950

Amanda Milanez Fenerick

DOI 10.22533/at.ed.06318121225

CAPÍTULO 26 283

A INOPERÂNCIA DO ESTADO DIANTE DAS BARBÁRIES NO HOSPITAL COLÔNIA EM BARBACENA-MG

Fernanda Cristina de Brito

Márcio A. R. Rezende Filho

Juliana do Nascimento Farias

Cristiano Garcez Gualberto

DOI 10.22533/at.ed.06318121226

CAPÍTULO 27 288

A PRODUÇÃO DE UM DISCURSO DE NATUREZA NO PAMPA SOB O OHAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Renata Lobato Schlee

Paula Corrêa Henning

DOI 10.22533/at.ed.06318121227

CAPÍTULO 28 303

EDUCAÇÃO, EXCLUSÃO E SILENCIAMENTO: A ESCOLA PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1850-1889)

Vinicius Teixeira Santos

DOI 10.22533/at.ed.06318121228

CAPÍTULO 29 316

SOBRE AS NOÇÕES DE SEMELHANÇA E DESSEMELHANÇA NA DEFINIÇÃO DA HUMANIDADE INDÍGENA: UM ESTUDO A PARTIR DE UM TEXTO JESUÍTICO DO SÉCULO XVI

Marcos Roberto de Faria.

DOI 10.22533/at.ed.06318121229

ÁREA TEMÁTICA PROCESSOS BIOLÓGICO E TECNOLÓGICOS

CAPÍTULO 30 321

A IMPORTÂNCIA DAS PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE NEOPLASIAS: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Francisco Lucas Sales Dressler Silva

Thyago Pereira Douglas Machado

Felipe Valino dos Santos

William Dias Borges

Glenda Keyla China Quemel

Ana Gabriela Sousa Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.06318121230

CAPÍTULO 31 326

ANÁLISE COMPARATIVA DO CRESCIMENTO INICIAL DE *EUCALYPTUS GRANDIS* HILL EX MAIDEN (MYRTACEAE) E *GUAZUMA ULMIFOLIA* LAM. (MALVACEAE)

Thaynara Martins de Oliveira

Rayane Rodrigues Ferreira

Jales Teixeira Chaves Filho

DOI 10.22533/at.ed.06318121231

CAPÍTULO 32 330

ESTIMATIVA DA VARIABILIDADE ESPACIAL DO ÍNDICE RELATIVO DE CLOROFILA POR MEIO DE KRIGAGEM INDICATIVA

Caroline Xavier dos Santos

Elaine de Fatima Miranda Freitas

Sueli Martins de Freitas Alves

DOI 10.22533/at.ed.06318121232

CAPÍTULO 33 338

LÁTEX E ANGIOGÊNESE

Patrícia Lima D'Abadia

Amanda Fernandes Costa

Pablo José Gonçalves

Luciane Madureira de Almeida
DOI 10.22533/at.ed.06318121233

CAPÍTULO 34 356

RESFRIAMENTO DO AMBIENTE INTERNO DE MODELOS REDUZIDOS DE RESIDÊNCIA USANDO A TÉCNICA POT-IN-POT EM PAREDES

Marianne Silva Guimarães
Lídia Alla Silva
Patrícia Sardinha Dias
Isabella Faria Santos
Miriã Moreira Costa
Dra. Raphaela Christina Costa Gomes

DOI 10.22533/at.ed.06318121234

CAPÍTULO 35 366

TRATAMENTO TERCIÁRIO DO CORPO HÍDRICO DO RIBEIRÃO VAI E VEM NO MUNICÍPIO DE IPAMERI – GO CONTAMINADO POR EFLUENTE DOMÉSTICO.

Luciana Maria da Silva
Janaína Borges de Azevedo França
Luana Mesak
Anderson Dias

DOI 10.22533/at.ed.06318121235

CAPÍTULO 36 376

HYDROFLOW: MEDIDOR DE FLUXO DE ÁGUA COM ENFOQUE NO CONSUMO SUSTENTÁVEL

Yonathan Stein
Alex Martins de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.06318121236

SOBRE A ORGANIZADORA..... 392

EDUCAÇÃO, EXCLUSÃO E SILENCIAMENTO: A ESCOLA PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1850-1889)

Vinicius Teixeira Santos

– Instituto Federal Fluminense – Campus
Cabo Frio
Cabo Frio – Rio de Janeiro

RESUMO: Esse trabalho articula-se com as investigações sobre a inspeção da instrução pública primária na província do Rio de Janeiro (1850-1889). Especificamente no contexto de criação da escola enquanto espaço formal e privilegiado de educação estabelecido pelo Estado Imperial Brasileiro em sua faceta provincial. Nas Assembleias Legislativas Provinciais, por intermédio do Ato Adicional de 1834, as províncias ficaram responsáveis pela regulamentação, criação e fiscalização de escolas primárias e anualmente os presidentes das províncias apresentavam Relatórios da Presidência e da Diretoria da Instrução. A leitura dessa documentação possibilitou, também, o surgimento de dois questionamentos básicos: a quem se destinava a educação escolar primária? Como os Relatórios da província do Rio de Janeiro tratavam a educação dos escravos e dos libertos? Através da

investigação de caráter bibliográfico e documental, este trabalho teve como fio condutor analisar as possíveis exclusões e silenciamentos em relação à educação dos escravos e dos libertos. Com efeito, foi possível até o momento, verificar duas formas gerais de exclusão. A primeira, mais direta se refere na exclusão dos escravos expressa em todos os regulamentos da instrução provincial. A segunda se configura na invisibilidade produzida dos libertos (pretos e pardos) estabelecidos por vocábulos genéricos, a exemplo de “popular”.

PALAVRAS-CHAVE: Escola primária; Exclusão; Silenciamento.

ABSTRACT: The present work relates to the investigations regarding the inspection on elementary public teaching in the province of Rio de Janeiro (1850-1889). Specifically in the context of the creation of school as a formal and privileged space of education established by the Brazilian Imperial State in its provincial facet. On the Provincial Legislative Assemblies, through the Additional Act of 1834, the provinces got responsible for the regulation, creation and supervision

of elementary schools, and annually the presidents of the provinces presented Reports of the Presidency and the Board of Instruction. The reading of this documentation also enabled the emergence of two basic questionings: whom were the elementary schools intended to serve? How did the Reports of the province of Rio de Janeiro deal with the education of slaves and freedmen? Through a bibliographic and documental investigation, this work sought to analyze the possible exclusions and silencings related to the education of slaves and freedmen. So far, it has been possible to identify two general forms of exclusion and silencing. The first and most direct one refers to the exclusion of slaves, expressed in all the regulations of the provincial instruction. The second one bases on the invisibility produced when it came to freedmen (blacks and browns), established by generic terms such as “popular”.

KEYWORDS: Elementary school; Exclusion; Silencing.

1 | INTRODUÇÃO

A instrução nas escolas públicas, era concebida, pelos dirigentes da Província do Rio de Janeiro, como um meio fundamental, para disciplinar, controlar e moralizar as classes populares, segundo os critérios estabelecidos pelos interesses políticos e sociais daqueles. Para tentar conseguir tais objetivos os governantes da Província do Rio de Janeiro, buscaram determinar agentes responsáveis pela inspeção da instrução e forjar instrumentos e instâncias de fiscalização. As fontes principais pesquisadas foram os Regulamentos da Instrução e os Relatórios anuais da Diretoria da Instrução Provincial fluminense que estão disponíveis (1861-1889). Assim este trabalho tem por objetivo analisar os Regulamentos da Instrução da província fluminense no século XIX, os Relatórios da Presidência da província e da Diretoria da instrução pública tendo como eixo norteador as possíveis exclusões e silenciamentos em relação à educação dos escravos e dos libertos a partir da análise bibliográfica e documental disponível sobre a temática. Para tanto, o presente texto procura explicitar a população em idade escolar e a quem eram destinadas as escolas primárias criadas na segunda metade do século XIX na província do Rio de Janeiro. Em outras palavras, procura especificar os grupos e indivíduos que faziam parte da noção genérica de classes populares.

Uma digressão se faz necessária ainda, em relação aos significados que o Estado assume neste texto. O Estado não deve ser compreendido enquanto uma entidade neutra, puramente técnica e fruto de uma racionalidade universal. Apesar de ele expressar a correlação de forças da sociedade e servir aos interesses de classes específicas, não deve ser reduzido apenas ao aparato burocrático, que tem nas suas formas repressivas e coercitivas uma de suas maiores características. Embora estas estejam presentes, devem ser articuladas as outras instâncias que, também, exercem uma direção moral e intelectual (configurando-se num conceito “ampliado” do Estado). Atuam, desta forma, em sinergia com a dimensão mais coercitiva e tem como horizonte a construção de uma unidade (mas não homogênea ou isenta de

divergências e conflitos), articulada em torno dos “princípios da Ordem e Civilização” (MATTOS, 1994, p.3) e na difusão desses princípios.

2 | POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR OCULTA: ENTRE EXCLUSÕES E SILENCIAMENTOS

Ao ler os Relatórios provinciais sobre a instrução, especialmente a primária, uma lacuna pode ser percebida naqueles relatos oficiais do Estado brasileiro imperial na segunda metade do século XIX: quem deveria efetivamente frequentar as escolas públicas e/ou subvencionadas pelos cofres da Província fluminense?

Em um primeiro momento é preciso ficar atento ao fato de que a escolarização da infância não constitui um dado natural, mas se articula com as tentativas de enquadramento temporal que passam a ser incorporadas como partes constitutivas do próprio ato de instruir. Ao mesmo tempo, esse caso está vinculado aos processos mais gerais da sociedade, onde estão em jogo questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Assim:

Escolarizar a população pobre e livre dispersa por todo o território nacional implicaria na produção e legitimação da instituição escolar. Para tanto, além da elaboração de leis e a criação de espaços oficiais que caracterizariam essa nova estrutura formativa, passou-se também a produzirem novas '[...] referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados.' (Faria Filho, 2001, p. 5). Instituir a escola como instância formadora privilegiada significava também combater outras formas de transmissão e produção culturais. Isto implicou na reorganização ou redefinição de papéis de outras instituições diretamente ligadas à educação, sendo a família uma delas, o que não se fez sem conflitos (GOUVÊA, 2007, p. 124-125).

É importante salientar que o Estado via a escolarização da infância e da criança como exigências sócio históricas articuladas ao entendimento de que os saberes, valores e normas transmitidas pela escola transformariam os alunos – meninas e meninos – em agentes civilizatórios em seus meios de origem.

Nos Regulamentos da Instrução é possível perceber uma pequena variação na definição da idade daqueles que deveriam ser escolarizados: cinco ou seis até 15 anos de idade (RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA), 1851, p. 592). O Regulamento da Instrução de 1876 – o último do Império, por exemplo, estabelecia entre seis e 15 anos.

Como desdobramento, o Estado, ao definir aqueles que prioritariamente deveriam frequentar a escola primária na Província do Rio de Janeiro, instituía, também, a figura de discípulos ou alunos, relacionando determinada idade da menina ou do menino com a escola, processo eivado de tensões, conflitos e disputas:

A escola, ao constituir-se como agência responsável pela educação e instrução das novas gerações o faz não de forma pacífica e consensual, mas de forma conflituosa, buscando agressivamente resgatar a infância de outros espaços-tempos de formação, notadamente a família, a religião e o trabalho (FARIA FILHO, 2002, p. 246)

Definido o recorte da idade daqueles que deveriam frequentar a escola pública, fez-se necessário desvendar aqueles que, estando em idade escolar, seriam o alvo principal das políticas de implantação e legitimação dos estabelecimentos escolares.

Dessa forma, é preciso atentar para a interdição oficial que o escravo sofria. A ele era vedado frequentar as escolas públicas primárias da Província fluminense, durante a vigência da instituição da escravidão, pelos diversos Regulamentos da Instrução. Vale destacar que o de 1876, que cobre as últimas décadas do Império brasileiro, mesmo em meio às leis abolicionistas e discussões em torno do fim da escravidão, não foi modificado.

Isso não significa que não existissem escravos com algum acesso à instrução, ainda que mínima, ou mesmo, possivelmente, organizações formais ou não, dos próprios escravos, que, de alguma forma, instruísem os cativos. Mas não se pode desconsiderar, em hipótese nenhuma, a despeito das possíveis resistências dos escravos e suas tentativas de aprender a ler e escrever, que o Estado imperial não se dispunha a investir recursos financeiros e humanos para promover a instrução dos cativos, inclusive porque eles não eram considerados cidadãos.

Existia, também, outra exclusão direta articulada a escravidão. Uma instituição que moldou a vida social, política, econômica e cultural do Império do Brasil, e em especial a Província do Rio de Janeiro, refere-se à escravidão e ao tráfico ilegal de africanos, questões que geraram debates acalorados e até controvérsias diplomáticas após a Lei de 07 de setembro de 1831:

Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres. Excetuam-se: 1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão é permitida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações. 2º Os que fugirem do território, ou embarcação estrangeira, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fora do Brasil. (BRASIL, 2015).

Cerca de 760 mil africanos foram trazidos para o Brasil, entre 1830 e 1856. Essa lei, muito além de ser apenas “uma lei para inglês ver”, movimentou a sociedade imperial no Brasil, consubstanciada em debates parlamentares e jurídicos, ou mesmo, no acionamento dos dispositivos legais para reivindicar direitos por parte de muitos escravos (MAMIGONIAM, 2007).

Ao referir-se “a pretos africanos” no campo da educação, a Lei de 1837 normatizou um debate mais amplo: as controvérsias e disputas em torno daqueles que ficaram conhecidos como “Africanos Livres”, com desfecho nos anos 1860 do século XIX. Assim, embora reconhecesse a condição de livres ou libertos, a lei colocava no limbo uma parcela da população. Não é ao acaso que, ao não reconhecer a legitimidade do direito de essa categoria ser instruída, remetia aos interesses dos proprietários de escravos, que ainda lutavam para manter o direito de explorá-la como mão de obra cativa. Mas o fato é que esse grupo ficava mais fragilizado, apesar de sua condição de livres:

Nas décadas de 1830 e 1840, os africanos livres eram vistos como pertencendo ao degrau mais baixo da escala social: tal percepção foi bem ilustrada numa lista das 'melhores e piores coisas' publicada em 1849 pelo periódico satírico baiano, *A Marmota*, em que “a melhor coisa que há é não ser escravo e a pior é ser africano livre”, já que o africano livre “não se pode forra”. Nas décadas de 1850 e 1860, com a aplicação efetiva da segunda lei proibitiva do tráfico e o processo de emancipação dos que haviam cumprido o tempo de serviço obrigatório, a identidade “africana livre” ganhou contornos positivos (MAMIGONIAM, 2007, p. 165).

Assim, os dirigentes provinciais da Província fluminense procuravam regular a instrução, inclusive delimitando aqueles que não deveriam ser instruídos porque não estavam integrados à nação brasileira naquele período. Nesse sentido, os grupos populares não possuíam muitas alternativas oficiais para serem instruídos. Como demonstra Vasconcelos (2005), as elites tinham outras possibilidades de escolha para instruir seus filhos, portanto, quem poderia frequentar a escola era a plebe ou “o povo mais ou menos miúdo”. E mais, os Regulamentos da Instrução de 1849, de 1859, de 1862 e de 1876 mantinham os escravos excluídos do acesso à escola. Dessa forma, explicitava-se no plano da educação a condição de não cidadãos daqueles que eram fundamentais para a produção de riquezas durante quase todas as décadas oitocentistas.

Com efeito, a respeito dessa temática, chega a ser jocosamente dramática e soa como irônica a naturalização que permeia o Relatório do diretor da instrução da Província do Rio de Janeiro, Manuel Ribeiro de Almeida, em 1889, após a abolição da escravidão. Segundo ele “convém atender aos milhares de indivíduos que, saídos da escravidão na maior ignorância, sem crenças, sem noção dos deveres, precisam receber na escola a instrução e educação necessárias para sua completa regeneração” (ALMEIDA, 1889, p. 3).

Em nenhum dos Relatórios é possível identificar, nas reflexões das autoridades provinciais que aqueles a serem regenerados através da instrução eram fruto de um longo processo de exclusões sociais, políticas e culturais chanceladas pelas autoridades provinciais: aos escravos não era permitido o acesso à instrução formal nas escolas públicas ou subvencionadas. Corroborando a famosa frase de Joaquim Nabuco a respeito da escravidão, a ignorância era obra da escravidão e não dos escravos. Joaquim Nabuco foi um importante defensor da causa abolicionista. Para ele, a simples emancipação formal não era suficiente para que os efeitos produzidos pela escravidão fossem desconstruídos. Era preciso articular a abolição com as questões materiais concretas. Embora esta investigação faça uma analogia com uma frase de seu discurso (trecho grifado), vale a pena ler o seu pronunciamento na campanha abolicionista na cidade de Recife (eleições de 1884):

“Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões — a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. (Longos aplausos) Uma é o complemento da outra. *Acabar com a escravidão, não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão*” (JOAQUIM NABUCO, 2018).

O texto do historiador Chalhoub (2012) é fundamental para compreender as

afirmações realizadas acima, ao comentar o único recenseamento oficial realizado durante o Império brasileiro:

Quanto à população escrava, o recenseamento informava que nenhum cativo frequentava a escola primária. Em consequência, havia no país 1.401 escravos que sabiam ler e escrever em mais de 1,5 milhão deles, o que resulta numa taxa de “alfabetização” de 0,08%. Na corte, onde havia mais instrução do que no resto do país, 329 escravos em 48 mil sabiam ler e escrever – ou seja, 0,067%” 0,067%” (CHALHOUB, 2012, p. 46).

Nos Relatórios da Província e nos relatos da Diretoria da Instrução, na segunda metade do oitocentos, é possível identificar apenas uma categoria genérica: população livre. Entretanto, é uma primeira pista para tentar desvendar a trama social e histórica que poderia indicar elementos mais precisos como classe ou etnia. O pesquisador interessado nesse aprofundamento não pode ficar preso a uma formulação tão comum e naturalizante dos dias atuais. Por isso, a noção de “população livre” não pode ser lida com os olhos na atualidade, que incorpora, em quase dois séculos, uma série de formas, tempos e artefatos culturais de ensino, num espaço específico denominado escola. As décadas oitocentistas possuíam outros sentidos em um momento histórico de implantação e consolidação da escola como local de instrução por excelência, em conflito com outras formas de instrução, a saber, a educação doméstica, principalmente entre as elites econômicas e culturais do período, e mesmo como forma de “civilizar” a população livre, de um modo geral.

Outro dado importante, para dar cores mais vivas à generalidade da população livre, é lembrar que a escravidão marcava de forma indelével a sociedade brasileira – e fluminense, em especial – no período imperial. Dito de outra forma, era uma instituição econômica, social e cultural que condicionava as relações e mesmo a hierarquização social dos vários segmentos da sociedade brasileira, que ia dos traficantes de escravos aos proprietários de escravos, passando pelo próprio cativo até os libertos e descendentes. Havia, portanto, a desconfiança por parte das autoridades imperiais e provinciais em relação àqueles que não eram brancos, seja no campo criminal ou mesmo na própria constituição da nacionalidade brasileira:

De fato, estatísticas divulgadas na segunda metade do século XIX (1872) apontavam que a população livre brasileira, de cor, dezesseis anos antes da Abolição, correspondia a 42% da população. Este percentual, somado aos 16% de população escrava, representava um total de 58% de negros, em relação à população total (cf. Skidmore, 1989, p. 57). Este número ‘incomodava’ a elite política, preocupando inclusive abolicionistas como Joaquim Nabuco, que levantavam dúvidas sobre a constituição de uma sociedade liberal numa realidade que apresentava um grande contingente populacional não-branco (cf. Skidmore, 1989, p. 38). Estava em jogo, portanto, como afirmou-se acima, a construção de uma futura identidade nacional (COSTA, 2010, p. 2).

Se, por um lado, a transição para o trabalho livre no Brasil oitocentista colocou na agenda das discussões a “educação do liberto, para ‘ensinar-lhe’ a moral necessária para desenvolver o amor ao trabalho [e] garantir o desempenho de seus deveres de cidadão quando o sufrágio fosse estendido a todo o cidadão brasileiro” (MACHADO,

2009, p.3), por outro, fica estabelecida uma aparente contradição com a ausência da terminologia liberto ou alguma referência à raça, etnia ou cor, nos Relatórios da Província do Rio de Janeiro no que se refere à instrução.

Em um primeiro momento, a leitura dos Relatórios da Presidência da Província e da Diretoria da Instrução do Rio de Janeiro, transparece apenas uma espécie de branqueamento da população escolar, num contexto histórico em que o fim da escravidão parecia muito próximo, principalmente a partir de setembro de 1850, com o Decreto imperial da Lei nº 581, que ficaria conhecida como “Lei Eusébio de Queiroz” – um dos membros da “trindade saquarema” e ministro da Justiça, na época em que a lei foi criada –, que estabeleceu o fim do tráfico de africanos no Brasil. Mas também, porque era comum, por exemplo, nos documentos criminais, qualificar os não brancos como livres quando eram libertos, diferentemente dos brancos, que não recebiam essa adjetivação por estar consolidado que branco, por pressuposto, já era livre.

Sem desconsiderar esse processo de “branqueamento”, é preciso captar as mudanças operadas na sociedade imperial que ocultaram as origens étnicas daqueles que frequentavam a escola, especialmente entre 1850 e 1889, o que pressupõe perceber a tessitura dos projetos societários, além das disputas políticas, ideológicas, culturais e econômicas que estavam em jogo naquele período.

É notória uma invisibilidade produzida: sob a batuta genérica das expressões “classes sociais”, “plebe” e “popular”, os libertos – afrodescendentes – eram eclipsados. Isso porque, apesar de uma quantidade crescente de libertos, os documentos analisados “ignoram” a sua existência. O censo de 1872 mostrava dados que ajudam a refletir sobre esse processo de invisibilidade produzido pelos Relatórios provinciais:

Quanto às raças, havia 38,1% de brancos, 19,6% de pretos, 38,2% de pardos e 3,9% de indígenas. Pretos e pardos somados, incluídos tanto livres e libertos quanto escravos, chegavam a 5.756.234, ou 57,9% da população total. Excluídos os escravos, chegamos a uma população livre de cor de 4.245.428, ou seja, 42,7% dos habitantes do país eram indivíduos livres de cor, logo egressos da escravidão e descendentes pretos e pardos. [...] 73,7% dos pretos e pardos habitantes do Brasil eram livres. [...] Na população livre, 1.563.078 habitantes sabiam ler e escrever (18,6%), 6.856.594 não sabiam ler (81,4%). 76,5% dos homens eram analfabetos; entre as mulheres a cifra subia para 86,5% (CHALHOUB, 2012, p. 42-46).

Assim, é essencial a leitura de investigações que procuram desconstruir esse processo de invisibilidade dos afrodescendentes ou “branqueamento” da escola primária no Brasil, a exemplo dos trabalhos de Quadros (2014), em relação ao Maranhão, e Fonseca (2009), focalizando Minas Gerais. Essa dimensão não pode ser negligenciada por três aspectos básicos. O primeiro refere-se aos sentidos e significados da educação para a população negra livre:

[...] em Minas, a escola era uma instituição fundamentalmente frequentada por negros livres que viam nela a possibilidade de inserção na cultura letrada e uma forma de demarcar sua condição de liberdade a partir da construção simbólica de um distanciamento do mundo dos escravos, ou seja, aqueles indivíduos que efetivamente não podiam frequentar escolas públicas (FONSECA, 2009, p.127).

O segundo, articulado ao anterior, refere-se às dificuldades enfrentadas pelos libertos em uma sociedade escravista, configurando-se, segundo Chalhoub (2010), em uma precariedade estrutural do exercício de liberdade:

As restrições constitucionais aos direitos políticos dos libertos, a interdição dos senhores à alfabetização de escravos e o acesso diminuto de libertos e negros livres em geral à instrução primária, o costume de conceder liberdades sob condição, a possibilidade de revogação de alforrias, as práticas de escravização ilegal de pessoas livres de cor, a conduta da polícia nas cidades de prender negros livres sob a alegação de suspeição de que fossem escravos fugidos (CHALHOUB, 2010, p.34).

O terceiro, particularmente, porque ajuda a explicitar forma e conteúdo das tentativas de forjar a inspeção da instrução como dispositivo eficaz para ajudar a difundir a instrução por meio da escola, mas, sobretudo, tentar fiscalizar e direcionar a formação da população livre, a partir dos interesses específicos das elites dirigentes do Império brasileiro e da Província fluminense. Dito de outra forma, só é possível compreender com mais densidade a construção do aparato burocrático da inspeção, explicitando quem era a população escolar a ser fiscalizada. Essa perspectiva fica mais evidenciada quando se tem em consideração que a educação doméstica das elites, a instrução dos escravos levada a cabo por seus senhores ou mesmo as escolas particulares não sofriam, bem como não era prevista na legislação, uma fiscalização tão minuciosa. Tal fato pode ser demonstrado nos Regulamentos da Instrução, a exemplo do de 1876, que, em seu artigo número 22, ao definir as incumbências dos Inspectores Gerais, previa quatro itens a serem inspecionados para os particulares, dos oito previstos para as escolas públicas, ficando de fora: o exame da mobília e dos utensílios; reger a escola e dar uma lição de pedagogia; assistir o recreio; e fazer uma alocação ao final da visita (RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA), 1877b, p. 280-281).

Quanto aos Relatórios, é emblemático o trecho do documento produzido pela Diretoria da Instrução em 1880: “Infelizmente, quase não temos verdadeira inspeção das escolas públicas e subvencionadas. Não trato dos estabelecimentos particulares” (SILVA, 1880, p. 8). Sublinhe-se “não trato dos estabelecimentos particulares”. No conjunto do texto não é possível identificar com mais precisão as motivações que levaram Josino do Nascimento Silva a excluir tais espaços escolares. Entretanto, em outro relato produzido por ele, as razões ficam mais explícitas:

Assim deve ser: supondo que sejam visitas somente as 360 escolas públicas e as 100 subvencionadas, prescindindo dos estabelecimentos particulares propriamente tais, e que a divisão se possa fazer com igualdade e não por municípios, como foi feita, a cada um dos inspectores caberia pouco mais ou menos 75 escolas. Nos 11 meses, em que se devem efetuar as quatro visitas, de 7 de janeiro a 7 de Dezembro, os dias uteis não chegam para elas, por quanto entendo a visita de uma escola exige pelo menos um dia. Note-se que não levo em conta o tempo necessário para viagens, e presumo não ter havido que as demore (SILVA, 1877, p.10).

Parece plausível interpretar que o número de inspetores gerais era insuficiente para dar conta de todas as escolas da Província, sendo esse um motivo real, como os

números e reflexões demonstram na citação. Levando em consideração que, do total de 21.011 matrículas para o ano de 1879, apenas 4.003 alunos estavam matriculados em estabelecimentos particulares (SILVA, 1880, p. 10), trata-se de uma cifra nada desprezível, do ponto de vista quantitativo, daquelas escolas que precisavam ser inspecionadas.

Adespite de uma questão que se impunha na agenda política imperial e provincial, como era o caso do término da escravidão no país, os dados do recenseamento apresentados anteriormente deixam uma lacuna: como compreender a ausência de referências aos libertos e seus descendentes nos documentos produzidos pelo executivo provincial do Rio de Janeiro? De que forma ocorreu a operação estatística que ignorou a descrição das origens daqueles que iriam ser matriculados nas escolas públicas? Pode-se deduzir que foi um mecanismo apenas de branqueamento?

Mattos (2013), ao pesquisar sobre os significados de liberdade no sudeste escravista – Minas Gerais, Vale do Paraíba fluminense e paulista, Baixada Fluminense e região do Norte Fluminense –, na segunda metade do oitocentos, possibilita um maior entendimento sobre a temática que ora é tratada nesta pesquisa. O título do livro, *Das cores do silêncio* (MATTOS, 2013), já indica, de forma instigante e pioneira, o silêncio nos documentos públicos sobre as cores dos brasileiros descendentes de africanos e livres, que passou a prevalecer na segunda metade do século XIX. A leitura do trabalho, por isso mesmo, tornou-se fundamental para interpretar o silêncio – para usar a expressão da autora – nos Relatórios produzidos pela Província do Rio de Janeiro sobre a instrução, e que vai além do “embaquecimento”, mas articula-se diretamente com as mudanças sociais e históricas nas décadas oitocentistas que modificaram os significados da noção de liberdade.

A autora demonstra, com base na análise de processos judiciais, que as designações pardo, crioulo e negro estavam concatenadas mais com as hierarquias sociais estabelecidas pela sociedade imperial do que, necessariamente, com uma noção mais restrita de pigmentação da cor da pele. A autora demonstrou que a noção de liberdade, enquanto atributo de homens brancos, prevalecente na primeira metade do século XIX, foi modificada na outra metade do mesmo século. Principalmente pelo progressivo aumento de libertos e descendentes livres, de origem africana, no Brasil e, em especial, no sudeste escravista. Nesse sentido, a liberdade não era mais exclusividade de homens brancos em oposição a pardos ou pretos. A liberdade era, a princípio, um atributo do ‘branco’, que potencializava a inserção social e a propriedade, durante a segunda metade do século XIX. Entretanto, essa representação da liberdade começa a ter suas bases solapadas. O crescimento demográfico de negros e mestiços, livres ou libertos, já não permitia perceber os não brancos livres como exceções controladas. Em 1872, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, a exceção do Vale do Paraíba fluminense, negros e mestiços livres eram sempre superiores em número aos escravos e, frequentemente, à população branca recenseada” (MATTOS, 2013, p. 45). Por isso, segundo a autora, os documentos públicos, na segunda metade

do oitocentos, silenciaram as designações de cor ou origem. Para o autor desta investigação, o silêncio é embranquecedor, pois a teia que dá significado e sentido à liberdade, a pardos, a negros e mestiços (nos documentos oficiais) é a referência branca. Mesmo que, neste caso, seja o silenciamento

Assim, no momento da implantação e legitimação da escola pública de instrução primária na Província do Rio de Janeiro, eram também produzidas exclusões diversas, sendo que a mais direta se referia à proibição legal de os escravos frequentarem escolas públicas. Outras ainda podem ser notadas como escolas que não eram providas por falta de recursos financeiros ou escolas fechadas por baixa frequência. Os Relatórios, ao remeterem sempre a expressões genéricas como “popular” ou “todas as classes”, acabavam por tornar invisível e silenciar essa parte significativa da população que frequentava – ou deveria frequentar – a escola elementar: os libertos pardos e pretos.

Ainda assim, é possível supor, a despeito desse “silêncio embranquecedor”, que a população livre afrodescendente estava presente nas escolas públicas mantidas pelos cofres da Província do Rio de Janeiro nas décadas oitocentistas, o que implica a possibilidade de desnaturalizar a visão dominante que, ao igualar essa população de pardos e pretos como escravos, procede em seu deslocamento do espaço escolar público, vedado aos cativos pelos Regulamentos da Instrução do século XIX. E, ao fazer tal movimento, não permite compreender, de forma mais substantiva, inclusive, o projeto das elites dirigentes na Província do Rio de Janeiro: disciplinar, moralizar e controlar as classes populares por intermédio da instrução nas escolas públicas. Ecoa aqui a assertiva de Paulo Freire de que a prática educativa não é neutra e, por isso, tem um caráter político (FREIRE, 2001). Isto é, não é preciso levantar uma bandeira partidária para que seja percebida a dimensão política da instrução. Josino do Nascimento Silva, por exemplo, embora pertencesse ao Partido Conservador, não anunciava que uma determinada medida ou reflexão articulava-se com o seu partido. No entanto, as formas pelas quais ele explica o funcionamento da sociedade e a função da instrução na sociedade oitocentista fluminense revelam seus vínculos partidários.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Relatórios da Presidência provincial fluminense, e mesmo os da Diretoria da Instrução, não elencam de forma contundente, pelo menos na segunda metade oitocentista, a renda, a classe, cor ou etnia daqueles que eram o foco da política de escolarização promovida pelo Estado e, neste caso, em sua faceta regional.

Um segundo aspecto articula-se diretamente com o primeiro: a ausência nos relatórios estatísticos de dados que permitam uma percepção mais adequada da população que era instruída na escola pública naquele período. Ou seja, todos aqueles que precisam pesquisar com mais acuidade quais indivíduos frequentavam a escola pública, ou as subvencionadas pelos cofres públicos, encontram dificuldades que só podem ser superadas pela análise de outros documentos, nas entrelinhas dos

Relatórios ou na pesquisa historiográfica com temas variados que necessitam dessas informações para compreender e interpretar alguma temática no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.

Trazer à baila essas questões não significa fugir dos objetivos deste trabalho. Antes, são fundamentais para compreender as motivações, os sentidos e as tentativas de escolarização do Estado, em sua faceta provincial, em terras fluminenses, com seu ideal de fiscalizar e inspecionar minuciosamente a instrução, uma vez que esta era considerada essencial para os governantes em seus projetos implantados pela hegemonia conservadora.

Por isso, inclusive com a corroboração das análises de Gondra e Schueler (2008), vale lembrar que a pobreza constituía em ponto de tensão nas representações das elites e do próprio Estado. Não é de outra forma que o Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, na seção da polícia, discursasse de forma objetiva sobre essa questão:

[...] Depois do Decreto do Governo Geral de 29 de Março de 1833: a parte correccional, que He a mais importante para estabelecer os costumes pela repressão, e castigo instantâneo dos pequenos crimes, não tem Código: e a de economia política apenas e conhecida por algum pequeno hospital, e más casas de Cadeia, onde se mantem o crime em ócio; e que já tem o nome de boas, quando são seguras para a custodia dos delinquentes; mas não e com tais elementos policiaes que os estados avançam em civilização, e opulência política. Os ébrios e mendigos, vadios, arruadores turbulentos, jogadores de profissão, órfãos desvalidos, filhos sem pai, moços sem offício, donzelas sem amparo, são outras tantas parasitas da arvore social, que é mister extipar-lhe do tronco oportunamente, convertendo-lhe a aptidão em trabalho, que e riqueza. Mas que há feito nossa Província para encher esta, e outras graves indicações políticas de absoluta necessidade? Cousa nenhuma, e sobre essa falta, que eu chamo a vossa atenção. Não me e desconhecido, devo confessa-lo, que esta parte já vos mereceu algum trabalho Legislativo; e que pela Lei nº 37 de 20 de Dezembro de 1836 autorizastes a Presidência desta Província á criar hum Colégio de artes mecânicas para applicação da mocidade desvalida (FRANÇA, 2016, p. 11-12).

A instrução primária nos estabelecimentos escolares precisa ser compreendida nesta perspectiva: como tentativa de acionar dispositivos que “civilizassem” as chamadas “classes perigosas”. A progressiva redução do número de escravos e o aumento do contingente de libertos colocaria na ordem das discussões essa questão, presente nas reflexões e debates, como afirma Tavares Bastos:

Uma lei da divina harmonia que preside o mundo prende as grandes questões sociais: emancipar e instruir são a fórmula dupla do mesmo pensamento político. O que haveis de oferecer a esses entes degradados que vão surgir da senzala para a liberdade? O batismo da instrução. O que reservais para suster as forças produtoras esmorecidas pela emancipação? O ensino, esse agente invisível, que, centuplicando a energia do braço humano, é sem dúvida a mais poderosa das máquinas de trabalho. (BASTOS, 1997, p.254)

O autor compreendia, como muitos naqueles anos, que o fim da escravidão era uma questão de tempo. Além disso, fica evidenciada na passagem anterior a posição estratégica que a instrução ocupava como dispositivo de controle do Estado sobre a

população. Nesse sentido, liberais e conservadores convergiam suas perspectivas em relação à instrução. Ainda que em suas propostas ficassem evidentes exclusões e silenciamentos em relações as classes populares no que tange as origens sociais e raciais.

Com efeito, novas investigações precisam aprofundar a pesquisa sobre essa temática. Pois ignorar a educação da população afrodescendente desde a criação das primeiras escolas públicas significa não apenas um silenciamento ou exclusão, mas sobretudo, a permanência da obra da escravidão. Cristalizando uma equação que não corresponde a realidade: escravo e negro como sinônimos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manuel Ribeiro de. **Relatório da Diretoria da Instrução da Província do Rio de Janeiro**. In: FIGUEIREDO, Carlos Affonso de Assis. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima sétima legislatura em 15 de outubro de 1889. Rio de Janeiro, Tip. Montenegro, 1889.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil**. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997.

BRASIL. Lei de 7 de Novembro de 183. **Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html Acesso em 10 de julho de 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)**. História Social (UNICAMP), v. 19, p. 33-69, 2010.

_____. **População e sociedade**. In: Carvalho, José Murilo (Coord.). História do Brasil Nação (1808-2010). v.2. Rio de Janeiro: Objetiva. p.37-82. 2012.

COSTA, R. C. R. . **O pensamento social brasileiro e a questão racial: da ideologia do “branqueamento” às “divisões perigosas”**. Revista África e Africanidades, v. Ano 3, p. 01-19, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; Zeli Efigênia Santos de. **Escolarização da infância brasileira: a contribuição do Bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos**. In: FREITAS, Marcos Cezar de.; KULHLMANN, Moysés (orgs.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Marcus Vinicius. **Civilização e branqueamento como dispositivos das escolas de Minas Gerais no século XIX**. In: AGUIAR, M. A. da S. (org.) Educação e diversidade: estudos e pesquisas, vol. 2. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRANÇA, Manoel de Souza. **Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. 01 de março de 1841**. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u818/> . Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. **A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma reescrita.** Revista em questão, Natal, v.28, n14, p 121-146, jan\ jun.2007.

JOAQUIM NABUCO. **Um discurso abolicionista no Recife.** Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=946> Acesso em: 22 de julho de 2017.

MACHADO, M. **Os Projetos de Reforma da Escola Pública no Brasil Propostos entre 1870 e 1886: A Ênfase na Formação Moral do Cidadão.** Quaestio - Revista de Estudos em Educação, v. 7, n. 2, p. p. 135-146, 3 nov. 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **O direito de ser africano livre na década de 1860 ou a lei de 1831 e “a questão servil”.** In: NEDER, Gizlene (Org.). História e Direito. Rio de Janeiro: Revan/ FAperj, 2007.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio.** Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema.** Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

QUADROS, Mara Rachel Souza Soares de. **Instrução da infância negra no Maranhão imperial (1871-1889).** In: XII Jornada do HISTEDBR/ X Seminário de Dezembro do HISTEDBR-MA, 02 a 04 de dezembro de 2014, Caxias – MA. Anais (on-line). Maranhão, HISTEDBR, 2014. Disponível em: http://www.xijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/12/artigo_eixo12_204_1410790558.pdf Acesso em 15 de junho de 2015

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). **Lei nº 81 de 02 de janeiro de 1837.** In: Legislação provincial do Rio de Janeiro de 1835 a 1850. Parte I. Leis e Decretos. Niterói: Tipografia Fluminense de Lopes, 1850.

_____. **Regulamento da Instrução Primária e Secundária na Província do Rio de Janeiro de 14 de dezembro de 1849.** In: Legislação provincial do Rio de Janeiro de 1835 a 1850. Parte II. Regulamentos e Deliberações. Niterói: Tipografia Fluminense de Lopes, 1851.

_____. **Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 24 de dezembro de 1859.** In: Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro de 1859. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868.

_____. **Deliberação de 1º de agosto de 1876.** Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro de 1876. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1877a.

_____. **Regulamento da Instrução de 16 de dezembro de 1876.** In: Coleção de Leis, Decretos, Atos e Decisões do Governo da Província do Rio de Janeiro de 1876. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1877b.

SILVA, Josino do Nascimento. **Relatório da diretoria de instrução.** In: LIMA, Francisco Xavier Pinto. Exposição com que Francisco Xavier Pinto Lima passou ao Francisco Antonio de Souza, 3º vice-presidente a administração da mesma Província, em 08 de janeiro de 1877. Rio de Janeiro, Tip. Montenegro, 1877.

_____. **Relatório da Diretoria da Instrução.** In: PRADOS, Visconde de. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima segunda legislatura no dia 08 de setembro de 1878. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1878.

_____. **Relatório da Diretoria da Instrução.** In: GONZAGA, João Marcellino de Souza. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima terceira legislatura no dia 08 de setembro de 1880. Rio de Janeiro: Tip. Montenegro, 1880.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres.** A educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.